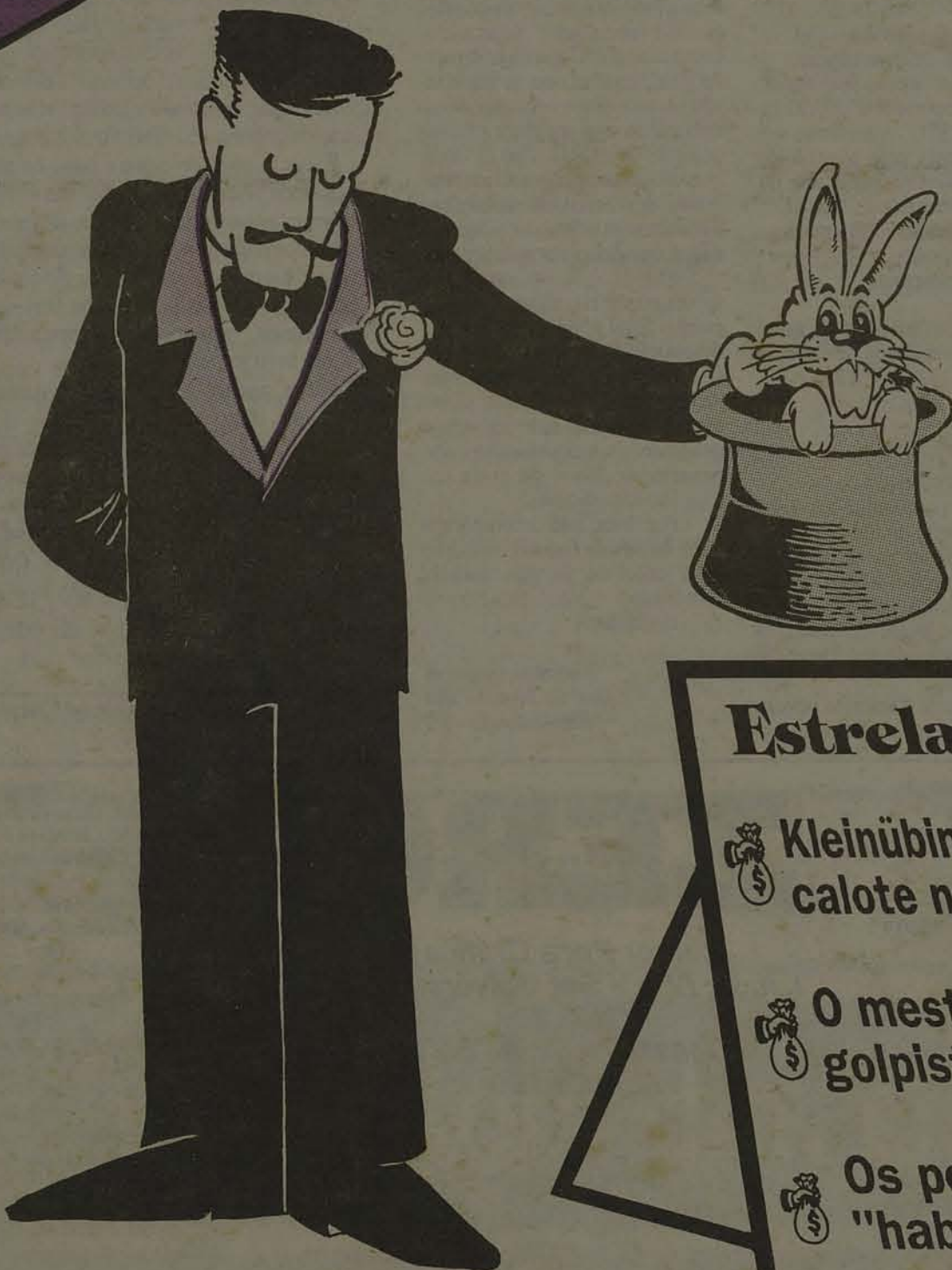


ZERO


Nº 2 — ANO XI — FLORIANÓPOLIS, 20 DE OUTUBRO DE 1993 — CURSO DE JORNALISMO DA UFSC


Apresenta:


UM SHOW DE IMPUNIDADE



Estrelando:

 Kleinübing e o
calote nas rádios
Pág. 3

 O mestre
golpista da UFSC
Pág. 8

 Os políticos mais
"habilidosos" de SC
Central

Zé Dassilva

Roubalheira generalizada

A impunidade no Brasil não é só um privilégio de Alagoas. Aqui em Santa Catarina a roubalheira é generalizada na administração pública. Existem, em média, duas denúncias de falcatrua e desvio de verbas por município, e o que é pior, desde a constituição de 88, nenhum prefeito foi condenado, como revela a reportagem das páginas centrais. No total, são 340 inquéritos sendo investigados, mais 140 processos denunciados no Tribunal de Justiça, mas somente 11 foram aceitos pelo TJ.

A impunidade acaba incentivando os prefeitos a praticarem a corrupção. O ex-prefeito de São Carlos, interior de Santa Catarina, Sidney Pereira Lucastem 11 processos contra ele, mas está desaparecido. Ou seja, a justiça não condena e não sabe onde estão os PCs. O caso do ex-prefeito de São Joaquim, Tarzan, é o mais representativo. Depois de tanta divulgação em torno das denúncias contra ele, ainda não houve nenhum julgamento. A corrupção acaba prejudicando toda a comunidade de um município. Em

Xanxerê, os dois últimos prefeitos esperraram o desenvolvimento da cidade. Ambos foram acusados de desvio de verbas.

Mas a administração não é dominada apenas por pessoas que se apropriam do dinheiro público, há aqueles que não pagam dívidas. O governador Kleinübing se comprometeu com a Associação Catarinense de Emissoras de Rádio e TV a cobrir o custo da conta de luz de dezenas de emissoras. Depois de oito meses com um programa, "Bom Dia, Governador", semanal de trinta minutos, ele não cumpriu com a promessa. O custo dessa publicidade saíria em torno de US\$400 mil. Kleinübing tem feito muita propaganda durante a sua gestão, inclusive uma prometendo 40 mil casas construídas. Com o dinheiro deste calote seria suficiente para construir 200 casas.

Outro absurdo é o caso do professor Aduino Beckhauser. Professor da UFSC, Beckhauser foi demitido em 87, depois que uma sindicância provou

que ele falsificava relatórios, desfalcando a Universidade em US\$40 mil. Hoje, além de ter o seu processo reavaliado pelo Tribunal Regional do Trabalho, ele está ministrando aulas normalmente e pode de receber cerca de US\$ 100 mil de indenização. Segundo a Procuradoria-geral da UFSC, ele está sendo protegido pelo Tribunal Regional do Trabalho.

Depois de um show de reportagens investigativas é curioso notar a situação da grande maioria dos jornalistas em Santa Catarina. A média salarial da categoria no nosso estado levanta a dúvida se os profissionais, que tem como uma de suas atribuições informar o público sobre assuntos como a impunidade, teriam condições de manter-se afastado da corrupção. O problema da vulnerabilidade está resumida na frase do professor e membro da Comissão de Ética da Federação Nacional dos Jornalistas, Francisco Karam, "o baixo salário prejudica não só o jornalista mas toda a sociedade".

CanalZERO

Barriga Verde tropeça mas encontra seu próprio caminho

Entre as raras novidades que a televisão catarinense tem mostrado, o Jornal Barriga Verde parece ser a mais pretensiosa. No bom sentido. Uma pretensão que começa pela mudança de formato, passa pela apresentação de novas vinhetas e termina na tentativa de um jornal dinâmico. E aí estão, além desta pretensão, as maiores dificuldades.

O formato, com dois apresentadores, repórteres anunciando em "teasers" os destaques e pequenos inserts com informações rápidas, sofre do mal da desintegração. Primeiro, pelo distanciamento de Jeana Santos e Silvio Loddi. Os dois parecem estar em espaços diferentes, um em cada cenário. Ao telespectador fica a impressão de que eles disputam, matéria a matéria, a preferência do telespectador. Enquanto o telejornalismo moderno é feito de informalidade, descontração, no TJBV estas idéias parecem tão engessadas quanto os apresentadores.

No momento em que os repórteres chamam seus assuntos em "Teasers", fica aparente a falta de cuidado destes mesmos repórteres e dos editores. Dia desses dois repórteres, na mesma edição e um após o outro, chamaram as matérias da mesma forma: "Encontro em Florianópolis dicute a...". Literalmente iguais. Isso é desatenção. Em caso terminal, despreparo.

E falando em despreparo, chegamos à paginação do jornal. Tudo o que se mostra ali, parece ter saído de infinitas mentes, trabalhando sem coordenação. Economia e polícia se juntam no bloco que antecede as notícias de cultura e política. Televisão, eu sei, não se faz com editoriais fixas, como na imprensa. Mas bom senso, sequência, ritmo e caldo de galinha não fazem mal a ninguém.

E, como em tudo o que é novo há algo de desgastado, o TJBV parece ainda precisar de uma cozinha melhor aparelhada. Esta coluna já apontou as carências da pauta, da produção. (Aliás, injustamente tratadas como elementos menores na escala da TV). Pauta, não sou eu que digo, é a mãe da reportagem. Se for bem "cavocada" - perdão - reserva uma matéria pelo menos bem-nascida. Se for oficialiesca, chapa-branca, "puramente", compromete qualquer tentativa de se fazer um bom jornal.

Enfim, apesar de tropeçar nos passos curtos, o Barriga Verde mostra que quer caminhar sozinho. E isso é muito bom. Sem personalismos e gritos. Sem exageros de âncoras. E com o mínimo de profissionalismo. Tomara. Por enquanto, erros são perdoáveis e acertos elogiáveis. À medida em que as falhas forem corrigidas, a maior preocupação deve ser a de nunca parar no próprio umbigo. Pensar e repensar o telejornal sempre, evitando a idéia de que ele vai estar, algum dia, pronto e acabado. E estamos conversados.

Áureo Moraes

Jornalista e professor do Curso de Jornalismo da UFSC

CARTAS

Ética na imprensa

Parabéns pelo excelente aspecto gráfico do "ZERO". A paginação está boa, como revela um estupendo aproveitamento das fotos.

Quanto ao conteúdo, basta mencionar a questão da tecnologia e da ética na imprensa. Os tópicos são atualíssimos. Há que discutir o assunto e colocar orientações que sirvam para todos os jornalistas brasileiros. Afinal, a imprensa tem uma responsabilidade enorme na construção do Brasil Grande, a que todos nós aspiramos.

Por coincidência, a Nórdica estará lançando na próxima semana mais um livro sobre jornalismo: Procura-se - Ética no Jornalismo, do Prof. Eugene Goodwin.

Com os nossos melhores cumprimentos e desde já agradecendo o envio regular do "ZERO", somos cordialmente,

Jaime Bernardes
Editora Nórdica
Rio de Janeiro - RJ

Balonismo

A Câmara Municipal de Torres, vem respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, conforme proposição nº 205/93 da bancada do PDT, manifestar seu reconhecimento pela matéria de Maurício Oliveira publicada no jornal universitário "ZERO", referente ao nosso evento máximo que é o balonismo.

Atenciosamente,

Guilherme Cléo Biasi
Presidente da Câmara
Torres -RS

Senhor Ego

Prezados colegas,

Quero parabenizá-los pela excelente edição do último ZERO (Alfredo Wagner na capa), onde pude constatar, facilmente, o quão grande foi o salto - gráfico e editorial - que este jornal tetra (ou será penta)-campeão do Set Universitário atingiu.

Ao folhear a referida edição, imediatamente meu ego monstruoso

entrou em polvorosa: "putz! foi só rolar o Futio que os carinhos começaram a copiar tudo!". Mais tarde, com a cabeça no lugar e a pretensão no chão, concluí que na verdade, não inventei porra nenhuma. Mais tarde ainda, corri os olhos pelo expediente do ZERO (tipo de coisa que todo jornalista faz com um pouquinho de veneno) e não achei o nome do antigo edi(ta)dor e coordenador, o professor Ricardo Barreto.

Foi aí que os neurônios formigaram. Há alguma relação entre o atual nível do ZERO e a desposição de referido jornalista? O Futio serviu, pelo menos, para arejar a cabeça do pessoal, aí, no sentido que nem tudo na vida é quadrado? Ou todos esses fatos não passam de uma sucessão de coincidências sacanas?

Por favor, não deixem que o vírus da dúvida fique corroendo o meu cérebro, já por demais carcomido

Beijunda,

Emerson Gasperin
Editor do Jornal Futio
Florianópolis - SC

Jornal-Laboratório do Curso de Jornalismo da
Universidade Federal de Santa Catarina
editado pelo Laboratório de Infografia

Capa

José da Silva Júnior

Colaboração

Professor Áureo Moraes e Jornalista Emerson Gasperin

Copy-writer

Professores Carlos Locatelli, Gilka Girardello,

Luiz Scotti, Nilson Lage e Ricardo Barreto

Ilustração

José da Silva Júnior

Diagramação

Alexandra Baldisserotto, Lara Viviane de Lima,

Luciane Lemos, Mariano Senna,

Silvio Pereira e Victor Carlson

Edição

Alexandra Baldisserotto, Diógenes Fischer, Jaime Luccas,

José da Silva Júnior, Josemar Sehnem, Lara Viviane de

Lima, Luciane Lemos, Mariano Senna, Mônica Linhares,

Pedro Saraiva e Victor Carlson

ZERO

Melhor Peça Gráfica
I, II, III, IV e V Set Universitário
Maio 88

Setembro 89, 90 e 91

Outubro 92

Nº 2

ANO XI

OUTUBRO 93

CURSO DE JORNALISMO
CCE-COM

Fotografia

Celso Gick, Cláudia Repsold, Jaime Luccas,

Pablo Claudino e Victor Carlson

Laboratório Fotográfico

Silvio Pereira (coordenação)

Pablo Claudino e Yan Boechat

Projeto Gráfico e Editoração Eletrônica

Victor Carlson

Supervisão do Laboratório

Professor Ricardo Barreto

Textos

Gabriela Veras, Ivana Back, Jaime Luccas, Laura
Tuyama, Mariano Senna, Maurício Oliveira, Mônica
Linhares, Pedro Saraiva, Ulisses Dutra e Victor Carlson

Lara Viviane de Lima

Acabamento e impressão: Jornal A Notícia
Redação: Curso de Jornalismo (UFSC-CCE-COM),
Trindade, CEP 88040-900, Florianópolis/SC

Telefones: (0482) 31-9215 e 31-9290

Telex e telefax: (0482) 34-4069

Distribuição gratuita Circulação dirigida

ZERO

OUTUBRO - 93



O governador Vilson Kleinübing deu um calote em 190 emissoras de rádio filiadas à Associação Catarinense das Emissoras de Rádio e Televisão (Acaert). Ele não está cumprindo um contrato, assinado em dezembro passado, em que as contas de luz das rádios que transmitem o programa "Bom dia, Governador" seriam pagas pelo governo em troca da veiculação. Passados oito meses desde a estréia do programa, no dia 31 de janeiro, a Acaert ainda não recebeu o pagamento.

A princípio parecia uma mamata para as rádios. De todas as emissoras do estado apenas as quatro FM da RBS não aceitaram retransmitir o "Bom dia, Governador". "Seria como na Voz do Brasil: todo mundo desligaria o rádio", justifica o gerente-geral da RBS Rádio de Santa Catarina, Armando Appel. O acordo previa que as emissoras continuariam pagando normalmente as contas de luz à Celesc e seriam imediatamente reembolsadas pelo governo, o que nunca aconteceu. O programa, transmitido aos domingos, das sete e meia às oito da manhã, já foi tirado do ar por muitas rádios.

O presidente da Acaert, Carlos Alberto Ross, reconhece o acordo mas não revelou o valor da dívida do governo nem forneceu cópia do contrato. Tem receio de complicar ainda

Kleinübing promete e não paga luz de 190 rádios que veicularam programa do governo

mais o pagamento, prometido para breve pelo secretário da Comunicação Social, Ênio Branco. "Espero que desta vez seja verdade: estou cansado de ser enrolado", reclama Ross.

O presidente da Associação Sul-brasileira das Emissoras de Rádio Independentes (Asberi), Luiz Roberto Cadore, dá gargalhadas sobre a possibilidade de pagamento "em breve". Embora seja uma dissidência da Acaert, com 27 emissoras associadas no oeste de Santa Catarina, a Asberi também participou do acordo que, considerado um símbolo e modernidade pelo governo, foi assinado com grande estardalhaço durante um congresso de radiodifusão em Balneário Camboriú. "Usar o valor da conta de luz como referência seria uma maneira de uniformizar o preço de meia-hora de publicidade, antiga briga das rádios de Santa Catarina", diz Cadore.

A legalidade do contrato está sendo contestada. O deputado Luiz Marini (PMDB) solicitou ao governo informações sobre o acordo, que devem ser enviadas até o começo de novembro. Procurado pelo Zero para prestar esclarecimentos, o secretário Ênio Branco não foi encontrado. A Secretaria da Comunicação Social também não forneceu cópia do contrato nem revelou o valor da dívida com a Acaert. O governador está na Ásia.

O montante da dívida pode no entanto ser estimado, considerando o valor da conta de luz de algumas emissoras em setembro: Rádio Rainha das Quedas, de Abelardo Luz (CR\$ 31 mil), Rádio São Carlos, de São Carlos (CR\$ 32 mil), Rádio Cultura, de Xaxim (CR\$ 35 mil) e Rádio Alegria FM, de Florianópolis (CR\$ 55 mil). Multiplicando a média de CR\$ 38 mil por oito (meses em atraso) e por 190 (número de emissoras), chega-se ao valor de CR\$ 57,8 milhões (equivalente a mais de US\$ 400 mil). O suficiente para fazer duzentas casas de trinta metros quadrados, com dois quartos, banheiro, sala, cozinha e acabamento completo. Exatamente do tipo que Kleinübing prometeu construir 40 mil e até agora só fez 11 mil.

Maurício Oliveira



Alô, Alô... Bom dia, caloteiro



Índios de SC exigem saúde e terra

Os índios de Santa Catarina prometem ir à guerra até o final do ano se não for feita uma nova demarcação de suas terras. “O índio acha que é melhor morrer com dignidade, lutando pelo seu direito, do que viver humilhado”, disse José Carlos Gabriel Poty, Kaingang de Chapecó.

Poty embasa-se no decreto nº 7 de 1902, que garantia a posse pelos três grandes grupos indígenas do estado — Xoklens, Kaingangs e Guaranis — de 163 mil hectares, em três grandes reservas: 36 mil em Toldo Ximbandue, entre os municípios de Chapecó e Seara; 80 mil em Xaçecó, na cidade de Xanxerê; e outros 47 mil em Ibirama.

Os índios afirmam que não ganharam estas terras. Xaçecó foi paga com a abertura de linhas telegráficas para a então província do Paraná. Também em troca de serviços ao estado de Santa Catarina, Xoklens e Kaingangs adquiriram as reservas de Ibirama e Toldo Ximbandue, respectivamente.

Hoje, porém, 800 índios vivem em apenas dois mil hectares que restaram no Toldo Ximbandue. Em Xaçecó sobraram 15 mil hectares para 4,6 mil índios. Em Ibirama são 2,6 mil remanescentes em 14,3 mil hectares. As áreas foram reduzidas em 1949, quando o governo do estado vendeu as terras a empresas colonizadoras.

Durante o processo de colonização da região Oeste e Alto Vale do Itajaí, essas áreas

foram repassadas para milhares de pequenos agricultores. Mas os índios afirmam que têm documentos que provam seu direito sobre as terras. Segundo Gabriel Poty, os índios tentaram todos os meios legais para reaverem as glebas, “mas os políticos não tomam providências”. Gabriel falou que em 100 anos os brancos foram destruindo seu povo. “Levaram casacos e calças de militar porque nus ficaríamos doentes. Não explicaram que aquilo era produto industrializado e custava dinheiro, apenas deram”. Gabriel afirmou que depois de criar dependência em seu povo o branco explorou suas riquezas naturais e ainda levou doença para a mata. “A minha doença psicológica, a humilhação, só vai ser curada no momento em que tomar tudo o que era nosso”.

José Carlos Gabriel Poty, Kaingang de Chapecó, é presidente da Federação Indígena de Proteção ao Meio Ambiente do Sul do País e está no segundo ano de Engenharia Florestal. Aos 21 anos, quando deixou de ser cacique, percebeu que entender o mundo dos brancos era o meio de lutar pelos índios. O pai e o irmão de Gabriel Poty lutaram pela mesma causa e foram assassinados.

Gabriel Poty participou da I Conferência Estadual de Saúde para os povos indígenas, realizada nos dias 13, 14 e 15 de outubro em Florianópolis. O principal objetivo da conferência foi a definição de programas de ação de saúde nas áreas indígenas. Nas discus-

sões foi consenso que a posse da terra pelo índio é imprescindível para garantir a sua saúde. As sugestões serão repassadas para a conferência nacional, marcada para os dias 25, 26 e 27 de julho do ano que vem em Lusiania (cidade satélite de Brasília).

A luta pelo retorno a uma saúde indígena ocorre junto com a reconquista da terra. Darci Lino Gimenes, Guaraní da Palhoça, contou no encontro: “antes os índios viviam muito alegres porque havia muito mató. Agora precisamos de medicamentos da cidade porque a mata acabou, não há mais ervas, não podemos mais

caçar e pescar. O índio está perdendo seus costumes”.

A Funai e a FNS (Fundação Nacional de Saúde) são responsáveis pela saúde do índio desde 1988, segundo decisão efetivada pelo decreto 23 em 1991. Ocorre que desta data em diante o índio não sabe a quem recorrer e as instituições não estão certas de suas atribuições. De acordo com a constituição a preservação do índio é responsabilidade federal, mas o Sistema Único de Saúde encarregou os estados e municípios desta tarefa. Por isso os índios estão sem atendimento médico e raramente conseguem atendimento em

hospitais.

Segundo Maria Conceição de Oliveira, mestrandia em Antropologia da UFSC, existe a intenção de se criar distritos sanitários indígenas em cada estado. Na opinião do médico José A. N. Miranda, o atendimento dentro da aldeia deve ser feito pela Funai, e a FNS, junto com o SUS, ficaria na coordenação.

Participaram da conferência membros da Funai, da FNS, entidades governamentais da esfera estadual e municipal, representantes da UFSC, do CIMI (Conselho Indigenista Missionário) e das comunidades indígenas.

Eles foram curados por Noel

O primeiro programa de atendimento sistemático à população indígena foi o Serviço de Unidades Sanitárias Aéreas, criado pelo doutor Noel Nutels em 1956. Este Serviço, que contava com a colaboração da Força Aérea Brasileira (FAB), percorria toda a área indígena do Brasil dando assistência médica, fazendo desde vacinações até inquéritos epidemiológicos e cadastros radiográficos.

Até 1980, data da extinção do programa, o doutor Noel viajou mais de mil km dentro do Brasil, prestando mais de 5 mil atendimentos. Diagnosticou e tratou cerca de 10 mil casos de tuberculose, num percentual de cura acima de 80%. O programa deu atendimento a 196 postos indígenas em todas as regiões do país, do Rio Grande do Sul ao Amapá, com prioridade para o Centro-Oeste e Amazônia. Noel deu 24 cursos para monitores de saúde na área indígena, treinando 540 pessoas.

A primeira vacinação BCG (contra a tuberculose) intradérmica foi feita pelo Serviço no índio em 1962. A vacina foi importada da França. Mais de 80% dos índios do Brasil foram vacinados contra a doença e por isso a raça indígena foi a primeira na história a não ter uma população inteira dizimada pela tuberculose. A população em geral foi vacinada em 1973.

José A. N. Miranda é médico e trabalha pela saúde indígena há 45 anos e atualmente faz parte da Fundação Nacional de Saúde. Ele conta que no tempo em que trabalhou no Serviço não se limitou às viagens de avião. Junto com os companheiros, saía do Rio de Janeiro, descia os 400 km do rio Xingu, parando nas margens e prestando atendimento médico aos índios. Da mesma maneira percorriam o rio das Mortes, atendendo os índios Carajás, na Ilha do Bananal.

Lara Viviane



Fotos Victor Carlson

A falta de informação ainda é a principal causa da discriminação dos portadores do HIV

Rio Vermelho quer expulsar aidéticos

Preconceito deixa moradores da casa de Paulino da Matriz isolados da comunidade

A instalação de um abrigo para doentes de Aids na comunidade do Rio Vermelho, a 35 km do centro de Florianópolis, tirou o sossego da região. Parte dos moradores está revoltada e os sete portadores do vírus HIV que no final de setembro ocuparam a casa do traficante Paulinho da Matriz foram ameaçados de expulsão. A população local, a exemplo da massa de habitantes do país, não tem qualquer informação sobre a doença e obriga os portadores do vírus a viverem afastados do dia a dia da comunidade.

"O caso não tem nada a ver com preconceito", defende o presidente da Associação dos Moradores do Rio Vermelho, Dalmo Menezes. Verdade ou não, o fato é que a primeira atitude da Associação ao tomar conhecimento da "natureza" das pessoas

que ocuparam a casa do traficante foi providenciar um abaixo assinado. Dalmo diz que atendeu a solicitação da comunidade, assustada com a presença dos aidéticos no bairro. "Pedimos a desocupação do imóvel para ser utilizado em educação, lazer ou qualquer outra coisa", explica. Ainda segundo o presidente, a população se revoltou por não ter sido consultada sobre a ocupação da casa. "Além disso os doentes começaram a andar livremente pelas ruas, sem qualquer assistência médica", condena.

A moradora Hircema Antônia de Oliveira, quando soube que as pessoas da casa eram aidéticos, ficou indignada. "Tinha que ter tirado todos eles na hora em que a TV mostrou que eram doentes" esbraveja. Euclides Ferreira da Cunha, vizinho da casa que foi transformada em abrigo ficou com medo quando descobriu que os novos conhecidos tinham Aids.

"Tenho família, filho e uma mulher doente há cinco

meses. Não quero mais doença pro meu lado", disse.

Presente de Grego

Passada a semana da panfletagem e do abaixo assinado, os ânimos começaram a esfriar. A intervenção do presidente do Conselho de Entorpecentes de Santa Catarina, Jairo Brincas, e da presidente do Grupo de Prevenção à Aids, Helena Pires, conseguiu convencer parte da população de que o abrigo não traria problemas. "Aceitamos, mas com a condição de que no abrigo tenha água, luz e assistência médica. Não sabemos quem são essas pessoas mas para o bem delas e da própria comunidade é preciso acompanhamento", coloca Dalmo Menezes. Mas avisa: A partir do momento que a Associação perceber uma rotatividade de doentes muito grande no abrigo, vai botar a boca no mundo. "Nosso bairro está cansado de receber presente de grego. O primeiro foi aquele da baleia que ficou apodrecendo, agora essa história dos doentes de Aids. Daqui a pouco vão dizer que tudo é coisa ruim vai para o Rio Vermelho".

A propaganda feita pela Associação de Moradores e a

falta de informação que a população do bairro tem sobre a doença contribuíram para isolar os doentes. Segundo o coordenador da casa, Joseney Marmith, as reações de descontentamento só ocorreram depois da imprensa anunciar que os moradores do abrigo tinham Aids. "Antes disso não houve problema", lembra. Claudionor Pinheiro um dos portadores do vírus, coloca que a primeira semana na casa foi a mais difícil.

"Fechamos todas as portas e achamos que íamos ser linchados", hoje os moradores da casa pensam que a situação está mais calma, mas preferem não fazer compras no Rio Vermelho, para evitar o contato com a população do bairro. O coordenador Joseney destaca: "Qualquer diversão ou atividade deve ser feita no Centro da cidade, para evitar atritos com o pessoal daqui. Queremos ser uma comunidade fechada".

Desinformados

Mesmo depois que a Associação dos Moradores do Rio Vermelho abandonou a causa contra os aidéticos, grande parte da população local continuou com o pé atrás em relação ao Centro de Tratamento. "Eles não se acostumaram a conviver com os doentes e mantêm distância", explica a enfermeira atendente do SUS, Ivaldete Rosa Silva. Segundo ela, os moradores só ficaram revoltados por não terem informação sobre a doença.

"Aquilo ali era pra fazer um muro bem alto" diz o mo-

rador Emmanuel Antônio Si-veira referindo-se ao abrigo dos portadores do vírus. Para ele os aidéticos não deviam andar soltos pela comunidade. Daqui a pouco eles pulam a cerca e começam a passar a doença para as moças e as senhoras" prevê.

Hircema Antônia de Oliveira concorda que a partir de agora a comunidade não vai ter mais sossego. "Eu não posso nem mais sentar no ônibus", conta. "Quem dá a doença é Deus e se eles pegaram a culpa é deles. Sobre as formas de contágio ela enumera convicta: "Pega na agulha, na bala, tomando no mesmo copo, e no ônibus, quando senta no mesmo banco. Encostá então, Deus me livre".

O dono de uma venda do bairro, Izidro Neves já cansou de escutar as histórias sobre os doentes de Aids. "Todo dia tem novidade" ri. Para ele essa doença não existe, "é invenção dos médicos", mas por precaução ele não beberia no mesmo copo de uma pessoa infectada. "Eu sei que não pega, mas a gente fica meio cabrei ro".

A responsável pela telefônica do bairro, Ivonete Albino resume todas as contradições e dúvidas da comunidade do Rio Vermelho. Para ela, os doentes não devem se infiltrar na comunidade. "Eu sou contra eles pegando ônibus, se misturando no meio da gente". Mesmo assim acha que os doentes não devem ser expulsos da comunidade. "Eles não tem para onde ir, se ficarem lá no canto deles não tem problema".

Mônica Linhares



A moradora Hircema não aceita a presença do grupo no bairro

Aumenta a corrupção na política em SC

Pablo Claudino



"Não há meio mais seguro, para formar uma quadrilha sem risco de ser processado, do que um mandato parlamentar"

João Carlos Kurtz
Procurador-Geral da Justiça

Irregular pero no mucho

Laançamentos de despesas sem comprovantes, notas fiscais sem data, nome do fornecedor ou rasuradas normalmente não servem como comprovantes fiscais em uma prestação de contas. O Tribunal de Contas do Estado, ao contrário, aceita. Ao menos é o que dá para concluir do parecer final das contas do município de Criciúma no exercício de 1991. No relatório de conclusão, os técnicos da Divisão de Contas Municipais listaram nada menos que 34 irregularidades, como processos de licitação viciados, gastos excessivos em publicidade, além do déficit financeiro quatro vezes mais que os recursos disponíveis. Nos itens sem nota, com notas suspeitas, ou lançamentos contábeis superiores aos comprovantes de despesas, o valor total chegou a 37 milhões de cruzeiros na época.

A conclusão remetida à Câmara Municipal resumia a decisão do TCE: "O tribunal Pleno decidiu recomendar à Egrégia Câmara de Vereadores a APROVAÇÃO das contas do exercício de 1991, da Prefeitura Municipal de Criciúma — SC, sugerindo que, quando do julgamento, atente para as restrições remanes-

centes apontadas pela instrução". Datado de 21 de dezembro de 1992, o processo foi relatado por Evângelo Spyros Diamantares, auditor do TCE, que atuou como conselheiro substituto. A Câmara Municipal resolveu não seguir a recomendação do Tribunal e em 18 de maio deste ano rejeitou a prestação de contas encaminhada ao Procurador geral de justiça pedindo providências.

O relator do processo explica que as restrições apontadas pelos técnicos não feriam a Constituição Federal. "Eram apenas restrições formais e não é pela falta ou rasuras em duas ou três notas que vou condenar um prefeito", explica Diamantares. Segundo ele, o problema da licitação irregular caberia à própria Câmara municipal verificar. "O TCE deve se ater àqueles casos que ferem diretamente a Constituição Federal".

O julgamento das contas é feito pelas Câmaras Municipais baseadas nas recomendações do Tribunal de Contas. De acordo com Diamantares o TCE "só emite parecer, baseando-se não só nas conclusões do corpo técnico mas considerando também as posições da prefeitura".

Um dos símbolos da Justiça é a estátua com os olhos vendados, que julga com exatidão e imparcialidade. Em Santa Catarina, além de cega a Justiça tem se mostrado lenta, e talvez por esse defeito pode ser associada à figura de uma estátua. Ao menos no que se refere aos crimes de colarinho branco. Mais de 140 processos contra ex-prefeitos acusados de corrupção tramitam nos intermináveis corredores do Tribunal de Justiça do Estado. Somados a outros 350 inquéritos em fase de investigação pelo Centro de Promotorias da Coletividade (CPC) chega-se à absurda média de dois processos por município. Pior que isso são os resultados obtidos desde a promulgação da Nova Constituição. Apesar das evidências criminais, em cinco anos, não houve qualquer condenação. Apenas reeleições.

"Não há meio mais seguro para formar uma quadrilha sem risco de ser processado do que um mandato parlamentar ou executivo", afirma o Procurador-Geral da Justiça do Estado, João Carlos Kurtz. Do alto do mais elevado posto de proteção ao patrimônio público, Kurtz pensa que com a impunidade institucionalizada no país, qualquer prefeito ou deputado com bom cacife eleitoral pode ser um delinquente que dificilmente será punido. O desembargador Ernani Palma Ribeiro, vice-presidente interino do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, concorda que com força política e bastante dinheiro para pagar um bom advogado dificilmente alguém é punido com rapidez. "As leis atuais permitem muitos recursos e prorrogações", afirma.

Foro de privilégios

Um dos principais entraves para os processos chegarem a julgamento é o foro privilegiado de que gozam os prefeitos municipais acusados de corrupção durante a administração do município. Depois da Constituição de 1988, o julgamento desses crimes não pode ser feito pelo juiz singular das comarcas. Apenas pelo Tribunal de Justiça, a partir de uma denúncia apresentada pelo Ministério Público. O que vem acontecendo é que o Tribunal leva dois ou três anos só para julgar o recebimento da denúncia, ou seja, se aceita abrir um processo a partir de indícios de uma ação criminosa.

Contra ex-prefeitos são 140 processos no Estado. Ninguém foi punido ainda

Um exemplo é a denúncia feita em 22 de abril de 1990 contra o ex-prefeito de São Joaquim, Rogério Tarzan Antunes da Silva. Mesmo com a vasta publicidade na imprensa pelas acusações de desvio de recursos públicos e fraudes em licitações, até hoje o Tribunal não julgou o recebimento da denúncia.

O pedido de abertura de processo contra o ex-prefeito de Chapecó, Ledônio Faustino Migliorini, foi apresentado ao Tribunal em dezembro de 1990 e a apreciação só ocorreu

Sem competência

Para o coordenador do CPC, o "Tribunal de Justiça deveria ser mais rápido e dar prioridade ao julgamento dessas ações". O desembargador Ernani atribui essa morosidade ao fato que até agora nenhuma Lei complementar tinha regulamentado quem tinha competência para julgar os crimes praticados por prefeitos, se as Câmaras Criminais ou o Pleno do Tribunal

os processos em duas ações que correm e são julgadas em instâncias diferentes. A ação penal que busca responsabilizar criminalmente o culpado tramita no Tribunal. Paralelamente, o Ministério Público move uma ação cível que tramita nas comarcas e é julgada pelo juiz local. Esta ação é a que tentará fazer os culpados reembolsarem o Patrimônio Público do prejuízo. Mas como a condenação final fica condicionada à sentença da ação penal que corre no Tribunal, os corruptos continuam

"A imunidade se transformou em impunidade parlamentar" garante Paulo Medeiros Vieira, ex-procurador-geral do Estado e Professor de



em junho de 1993. Ledônio era suspeito de favorecer as construtoras Ivaí Engenharia e Obras S/A e a Inepar S/A Indústria e Comércio durante o asfaltamento das ruas da cidade. Para a realização do trabalho as empresas usaram máquinas, caminhões e funcionários da prefeitura, além de extrair a brita de uma pedreira de propriedade da prefeitura. Apesar das evidências, o Tribunal de Justiça rejeitou a denúncia alegando que o peculado de uso não constituiria crime. O promotor José Galvani Alberton, coordenador-geral

de Justiça. Segundo ele, "nem mesmo os constituintes imaginariam que os Tribunais teriam tantos processos para julgar". O desembargador defende a idéia de que esses crimes voltem a ser julgados pelos juízes nas próprias comarcas dos acusados. O professor de direito constitucional da UFSC, Silvio Dobrowski, concorda com ele. "Se antes os juízes locais poderiam sofrer alguma pressão, agora quase ninguém é condenado".

Um dos problemas fundamentais criados pelo foro privilegiado é o de ter separado

sem devolver nem um centavo aos cofres públicos. Os entraves reforçam a idéia de que as duas ações sejam movidas e julgadas nas próprias comarcas dos acusados. Além disso, o desembargador Ernani vê a necessidade do Judiciário simplificar os procedimentos nesses processos. "É o único modo de punir os crimes do colarinho branco".

Impunidade parlamentar
Outro incentivo à corrupção na atividade política é a imunidade parlamentar, através da qual se escondem deputados e senadores. Concebida há

Direito Constitucional da UFSC. Segundo ele, os parlamentares escondem seus delitos atrás da imunidade através de acordos das bancadas dos partidos. "Assim centenas de delitos não são apurados nem julgados". Um dos protegidos pela imunidade parlamentar em Santa Catarina é o deputado Gervásio Maciel, acusado de desvio de recursos quando foi prefeito de Ituporanga. Manoel Motta, prefeito de Araranguá entre 1983 e 1988, também tem dois processos parados porque em 19 de agosto de 1991 a Assembléia negou

a autorização para prosseguir as investigações. Na Câmara Federal, 32 deputados deveriam estar sendo processados por crimes comuns e a Câmara sequer se manifesta sobre o assunto. Nobel Moura (PSD-RO), envolvido no escândalo da compra de deputados é um dos que se escondem atrás da imunidade para se livrar de uma acusação de tentativa de homicídio.

Reeleição assegurada

Diante da justiça cega e lenta, há espertos rápidos e de olhos bem abertos. Como a Constituição Brasileira não proíbe quem está sendo processado de candidatar-se a cargos públicos, o caminho está livre para os que não querem enfrentar a lei. É o caso de Demerval Batista, ex-prefeito de Correia Pinto, no Planalto Serrano. Quatro processos envolvendo má administração — onde é acusado de desvio de recursos, superfaturamento de obras e apropriação de bens públicos — não impediram que ele fosse eleito vice-prefeito na atual administração. Germano Vieira, prefeito de São José, também tem três processos, que ficaram parados durante todo o período que foi deputado.

Outros somem do mapa, como Sidney Pereira Lucas, ex-prefeito de São Carlos, que há mais de um ano não é encontrado pela Justiça para ser comunicado das denúncias. Campeão de irregularidades, Sidney tem cinco processos no Tribunal de Justiça e outros seis em fase de investigação no Centro de Promotorias da Coletividade.

Diante da realidade do Judiciário brasileiro, onde 70% dos processos são arquivados por decurso de prazo, restam poucas saídas. Ou se admite que o poder político e econômico tem a sua parcela de influência, ou se responsabiliza o labirinto das milhares de leis ineficazes. O desembargador Ernani, por exemplo, acredita que o Judiciário tem uma estrutura ultrapassada e o Código Penal, feito há mais de cinquenta anos, já deveria ter sido mudado. "Para complicar ainda mais, existem centenas de leis reformulando partes do Código, que ninguém mais sabe qual lei está em vigor".

Jaime Lucas



Cláudia Reppold

"Leis atuais permitem muitos recursos. Com um bom advogado, dificilmente alguém é punido com rapidez"

Desembargador Ernani Palma Ribeiro,
Vice-presidente do Tribunal de Justiça

Ficha corrida

Ciro Manoel Rosa - Brusque - Gestão 89-92

05 processos. Acusações: compra de diversos materiais das empresas Cibra Comercial Brusquense de Alimentos Ltda., da qual é sócio; Cerâmica Zimmermann Ltda, de propriedade do vice-prefeito; Columa Construção Civil Ltda, do Secretário de Turismo e obras públicas; Morari Engenharia e Administração, que tem como sócio-gerente o diretor de Turismo da Prefeitura. Para a construção do prédio do fórum a empresa vencedora da licitação foi a Quartzo Empreendimentos Ltda, de propriedade do prefeito.

Dalto dos Reis - Blumenau - gestão 83-88

02 processos. Acusações: irregularidades na reforma do ginásio de esportes Galeão; desvio das verbas para a construção de 22 abrigos de ônibus que nunca foram feitos; irregularidades em licitações para compra de material de limpeza.

Demerval Batista - Correia Pinto

04 processos. Acusações: obras

inacabadas, desvio de recursos, superfaturamento, apropriação de bens públicos.

Dofilio Domingos Moschetta - Xanxerê - gestão 83-88

01 processo. Acusação: recebimento de verbas de convênios com o Governo do Estado e Federal para construir 450 casas populares. Construiu somente quatro e iniciou outras 30. Os recursos sumiram.

Germano João Vieira - São José

04 processos. Acusações: desvio de recursos públicos em proveito próprio e de terceiros, crime de peculato.

Rogério Tarzan da Silva - São Joaquim - gestão 89-92

06 processos. Acusações: desvio de verbas, fraudes em licitações, favorecimento de terceiros com recursos públicos e restrições nas contas de 1989 e 1990.

Sidney P. Lucas - São Carlos

11 processos. Acusações: apropriação indevida de recursos, desvio de bens, licitações fraudulentas, peculato.

Fonte: CPC - Centro de Promotorias da Coletividade

* O número total de processos inclui os inquéritos em fase de investigação pelo CPC.

Responsável pelo maior caso de estelionato na UFSC, o professor Aduino Beckhauser



Beckhauser continua impune e ainda pode receber uma indenização de US\$ 100 mil

Mestre do golpe

Capaz de jogar por terra as maiores convicções da eficácia do poder judiciário brasileiro, o caso do professor Aduino Beckhauser parece que vai se arrastar por pelo menos mais meia década. Acusado de inventar uma tese de mestrado na Bélgica, dando um desfalque de US\$ 40 mil, aos cofres públicos, o professor Beckhauser continua trabalhando na UFSC impunemente.

Depois que uma decisão do Tribunal Regional do Trabalho reformou a sentença da Comissão de Inquérito da Universidade e determinou a readmissão de Beckhauser, o processo mudou de Fórum. Denunciado pelo Procurador da República, Rui Sulzbacher, por crime de estelionato qualificado na forma continuada, o professor será julgado sob as leis do código penal, podendo ir para a prisão. O problema é que o engarrafamento de processos na justiça penal deve atrasar o julgamento em até seis anos ou mais.

Até os primeiros meses desse ano o caso parecia encerrado. Mas para a surpresa de todos, o Tribunal Regional do Trabalho, onde o professor entrou com um recurso visando a reintegração, reformou a sentença da Comissão de Inquérito. A sentença já havia sido mantida pela 2ª Junta do Trabalho, que julgou, anteriormente, o mesmo recurso. Aduino Beckhauser foi readmitido em julho de 1993, com direito a receber os sala-

rios atrasados desde 1987, quando da sua demissão. Segundo cálculos da Procuradoria da UFSC o total a ser pago chega a US\$ 100 mil.

Proteção no TRT

Inconformada, a Procuradoria da universidade recorreu da sentença do TRT. Só que o recurso foi impedido pelo próprio TRT de chegar ao Tribunal Superior do Trabalho. O presidente do TRT na ocasião, juiz Umberto Grillo, alegou que o processo da universidade não possuía procuração e por isso estava incompleto.

“Essa alegação é ridícula, segundo o artigo 12 do código de processo civil a nossa procuração é o cargo. Qualquer estudante de direito sabe disso”, contesta Marco Aurélio Moreira, procurador geral da universidade na época da denúncia contra Beckhauser. Como se isso não bastasse, Marco Aurélio garante que o processo tinha uma procuração e resume o comportamento do TRT como má vontade e proteção a Aduino Beckhauser. Já o juiz Umberto Grillo, amigo do acusado, diz hoje que não se lembra de detalhes do processo. O fato é que o recurso da universidade chegou ao TST sob a forma de “Agravo de Instrumento”, não passando pelos cuidados do TRT.

Com uma memória mais apurada, o juiz Godoy Ilha, relator do julgamento do TRT reafirma a falta de estrutura jurídica do processo da universidade. “É incrível que uma universidade, com faculdade de direito, faça um processo

tão mal estruturado”, diz Godoy. O Acórdão do julgamento pede a anulação do inquérito administrativo, alegando que as fotocópias dos relatórios falsificados por Beckhauser não são autenticadas, e que por isso não comprovam as acusações. Outra alegação feita pelo TRT é que não foi dado o direito de defesa do acusado no inquérito administrativo. A Procuradoria da UFSC contesta a informação. “Se havia todos esses problemas, então por que no recurso apresentado pelo professor acusado na 2ª Junta do Trabalho eles não foram apontados?”, pergunta o procurador Marco Aurélio.

O juiz Godoy admite que o professor Beckhauser, por ser advogado trabalhista, “deve ter amigos nos tribunais da cidade. Muita gente deve conhecer ele. Eu sou seu conhecido. Juiz não tem amigo”, diz.

Corporativismo discreto

No departamento de Estudos Especializados em Educação (EED) no Centro de Educação (CED), onde o professor Aduino continua a dar aula normalmente, o clima é o mais discreto possível. “O pessoal aqui não fala no assunto. Muitos funcionários e professores parecem que protegem o professor Aduino”, conta Leile Boemer, funcionária do EED. A professora aposentada Elizabeth Leal, coordenadora do departamento em 1987 confirma a tese. “Eu estou fora da universidade e isso é coisa do passado. Prefiro não falar”, diz ela. Há também o caso dos profes-

sos que falam, mas preferem não se identificar. “Não se pode desconhecer o corporativismo numa questão como essa. Mas o fato de ninguém falar no assunto aqui, não significa que não há coisas a serem faladas”, pondera um professor do EED.

A Associação dos professores da UFSC (Apufsc) falam sobre o assunto. Mas seus membros confessam que têm uma ação muito limitada na questão. “Só podemos fazer movimentos de repúdio na tentativa de aliviar a vergonha e o desprestígio que o acontecimento trouxe para a categoria”, diz Jerônimo Machado, secretário da Apufsc.

Aduino Beckhauser hoje divide o tempo entre as aulas na universidade e o serviço no escritório de advocacia na rua Tenente Silveira, 200 — sala 405. Ele desconhece completamente a dívida que tem com a universidade. “Eu estou pagando para trabalhar. Recebo cerca de 23 mil cruzeiros reais/mês por 20 horas semanais de aula”, conta. Segundo ele a tese da Bélgica está pronta. “O assunto é 50% do Brasil e 50% da Bélgica. É uma comparação”, tenta explicar. Quem contesta essa informação é o procurador Marco Aurélio. “Em agosto desse ano ele me disse pessoalmente que não tinha terminado a tese ainda”, lembra Marco. Quanto ao processo na justiça, Beckhauser é categórico: “Prefiro não declarar nada. As coisas estão indo muito bem por enquanto”.

Mariano Senna

A fórmula da especialização fantasma

Professor da universidade desde 1974, Aduino Beckhauser saiu do Brasil em agosto de 1983 rumo a universidade de Louvain La Neuve, na Bélgica, para fazer um mestrado. Permaneceu lá até outubro de 1984. Falsificou os relatórios da universidade belga, assim como a assinatura do orientador por um ano e meio. Nesse período recebia o salário e a bolsa de estudos da Capes. O total do desfalque é de aproximadamente US\$ 40 mil.

Beckhauser só foi descoberto porque um parente denunciou à procuradoria da universidade que ele não estava na Bélgica, mas na Ilha Dona

Francisca, na Tapera. O parente delator a procuradoria prefere não revelar.

O inquérito administrativo instaurado em 1987 sob a presidência de Volney da Silva Milis — já falecido e o procurador mais antigo da UFSC — concluiu que os relatórios eram fruto de uma colagem. “Ele montava o relatório usando a assinatura do orientador belga que tinha em outro documento”, explica o procurador Marco Aurélio Moreira.

O professor Beckhauser recorreu da sentença à 2ª Junta de Conciliação da Justiça do Trabalho. A reclamatória trabalhista foi julgada improcedente pelo tribunal que manteve a sentença da universi-

dade. Beckhauser recorreu então ao TRT, que reformulou a sentença, ordenando a reintegração do professor e o pagamento do salário no período que ficou fora da universidade. O total é cerca de US\$ 100 mil.

Através de “Agravo de Instrumento” a universidade recorreu ao Tribunal Superior do Trabalho. Mas como em março desse ano o Procurador da República, Rui Sulzbacher, denunciou Beckhauser pela prática do crime de estelionato qualificado na forma continuada, a universidade retirou o processo trabalhista e espera agora pelo resultado do processo crime.

50 mil já caíram na rede da Amway

Marketing da empresa americana promete dinheiro fácil e mudança de vida em cinco anos

Um novo remédio para curar o antigo mal da busca do enriquecimento a curto prazo é consumido em doses cada vez maiores em Florianópolis: a Amway. A empresa tornou-se um mito na cidade, vendendo produtos através do marketing de rede e utilizando como principais armas a propaganda boca a boca e a ambição da classe média local. No Brasil o negócio envolve cerca de 50 mil pessoas e em Florianópolis conseguiu fugar alguns grandes do mundo do surf.

Mais do que um simples negócio, a Amway lembra uma confraria. Todas as quintas-feiras, os distribuidores de Florianópolis reúnem-se no Lira Tênis Clube. As sessões são abertas e visam atrair mais gente para o negócio. Todas as semanas cerca de cem novos interessados se dirigem ao clube sonhando com algo que possa mudar suas vidas.

Em sete de outubro quem falou para o povo foi o David Husadel. De terno e gravata, Husadel nem parecia o surfista campeão. Lembrava um pastor apresentando às pessoas a salvação: a Amway, uma nova "religião" que tem como deus o dinheiro e como dogma o enriquecimento em pouco tempo.

Como os profetas do Antigo Testamento, David começou a "pregação" com a história da Amway e da nova tendência de mercado mundial, o marketing de rede. A Amway é uma empresa norte-americana, fundada em 1959, que produz e fornece mais de quatro mil produtos importados. O marketing de rede é a forma mais lucrativa desses produtos chegarem ao consumidor. A Amway liga o fabricante direto ao distribuidor. Não há gastos com atacadas, lojas e propaganda. O marketing é boca a boca, ou seja, as pessoas que consomem fazem a propaganda e encarregam-se de atrair mais fiéis.

Clube de Negócios

Como num clube, para se associar à Amway as pessoas têm que pagar uma jóia em torno de cem dólares. Isso transforma o sócio em um número na rede e lhe dá direito a uma pasta de negócios da empresa. O número é registrado no computador da Amway nos Estados Unidos, uma

máquina tão grande que só perde para o da NASA. A partir daí, as pessoas estão autorizadas a comprar e vender os importados da empresa.

Segundo Husadel, as mercadorias da Amway têm uma série de vantagens sobre os nacionais. "Os brasileiros querem produtos importados. Sempre que eu viajava para os campeonatos de surf as pessoas me pediam para trazer até sabonetes e pastas de dente do exterior". Quem comprar um produto da Amway, além de ganhar um desconto de 30%, pode devolvê-lo em até 90 dias, caso não fique satisfeito.

O principal problema dos importados da Amway é o preço. A maioria das merca-



Flávio Boabaid largou o surf para aumentar o rebanho dos seguidores da filosofia Amway

dorias dos catálogos da empresa é de limpeza e higiene. Um vidro de L.O.C. (Limpa-dor Orgânico Concentrado), a vedete da Amway, custa CR\$ 1.447 cruzeiros reais, em outubro. Com esse dinheiro pode-se comprar 12 vidros de Veja Multiuso, produto nacional semelhante ao L.O.C. Mas os distribuidores da Amway alardeiam que um vidro do produto americano equivale a 150 vidros do similar nacional.

O filão desse negócio são as redes. Isto é, uma pessoa que entra na Amway pode formar redes a partir de seis pessoas para revender os produ-

tos. Quem estiver no topo ganha sobre o que ele e a rede consomem.

Pelo esquema, todos os produtos da empresa norte-americana têm uma determinada porcentagem de desconto. O valor depende do tamanho e da força da rede. Inicialmente, o desconto é três por cento sobre as vendas e a rede deve consumir no mínimo, 200 dólares. Se isso acontecer, no final do mês o chefe da rede recebe um cheque de seis dólares. Mas como esse dinheiro fica com o chefe, a única maneira de todos saírem lucrando é cada um formar uma nova rede. Este é o motivo da expansão da Amway no país.

Husadel é dono de uma rede há mais de um ano e já chegou a *silver producer*. Recebe a denominação quem

poimentos de pessoas que estão na Amway. Cada um conta os fracassos e sucessos, a falta de estímulo em determinados momentos e vontade de trabalhar em outros. Tudo para não deixar dúvidas de que se trata de um bom negócio.

Na reunião do dia 14 de outubro falou outro cardeal, o advogado e presidente da Associação dos Surfistas Profissionais (ASP), Flávio Boabaid. Ele entrou no negócio há quase dois anos junto com a esposa, Karla Widholzer. No início não acreditavam na Amway, mas quando o dinheiro começou a entrar, a fé aumentou. Hoje eles dominam a maior rede de vendas de Santa Catarina e alcançaram o nível pérola. Nesse estágio, o mínimo que se ganha é CR\$ 600 mil cruzeiros reais por mês.

Visando o Mercosul

Os negócios dos Boabaid estão indo tão bem que eles expandiram a rede para a Argentina. O advogado largou os trabalhos da ASP. A empresa não dava mais o lucro esperado e ele preferiu se dedicar às reuniões, seminários e convenções da empresa norte-americana. Além disso, a Amway dá mais grana.

O nível mais alto dentro da Amway é chamado de diamante. Para chegar a esse degrau, o chefe tem que controlar seis *silver producer*. Ou seja, vender onze mil dólares por mês. Segundo os distribuidores da Amway, todos que entram na confraria um dia se tornam diamantes. Basta esperar. O prazo que a Amway dá para isso acontecer é cinco anos. O diamante da rede dos Boabaid é americano e tem 28 anos.

Cleni With tem 18 anos e está na Amway há dois meses, mas até agora, só gastou dinheiro. O nome e a idade da garota estão trocados porque os distribuidores estão proibidos de dar entrevistas. Enquanto não formar sua rede Cleni With continua no prejuízo. Até agora ela já gastou dez mil cruzeiros para ir na Convenção da Amway, em Curitiba, cem dólares para entrar na empresa e mais dinheiro para adquirir fitas, livros e revistas da Pro Net. Apesar disso, tem certeza que vai se dar bem no negócio. "Um dia eu ainda vou ser rica".

chega aos 21%, ou seja, a rede tem que consumir onze mil dólares em um mês para que o chefe ganhe 21% sobre as vendas. Significa que, no mínimo, David Husadel ganhou 2.310 dólares no mês de setembro, cerca de CR\$ 335 mil cruzeiros reais. Como bom pastor, David conta o milagre mas esconde o santo. Ele não diz quantas pessoas têm na rede trabalhando para ele.

Para estimular as pessoas a entrarem no negócio e, principalmente, para não deixá-las sair, a Amway criou a Pro Net (Professional Network). Um sistema auto-instrutivo que fornece uma pasta com fitas, livros, revistas que trazem de-

Victor Carlson

Asas-delta pintam céu de Santo Amaro

Sul-brasileiro
reuniu 69
participantes

Nos últimos dias 10 e 11 os voadores invadiram o céu de Santo Amaro da Imperatriz para a segunda etapa do primeiro campeonato sul-brasileiro de vôo livre e parapente. Das lavouras de batata e da pracinha da cidade, os moradores passaram o fim de semana vendo atletas de cinco estados saltarem dos 700 metros do Morro Queimado por um prêmio de 400 dólares. "É um dos melhores pontos de decolagem do Brasil", disse Ricardo Araújo, o Brother, campeão da prova de parapente.

Nas provas de asa delta os 69 inscritos tinham que cumprir dois objetivos. No primeiro dia, a prova de Triangulação. Enquanto o público tomava cervejinha para refrescar o calor, os atletas tentavam sobrevoar dois pontos e pousar no local determinado. E no segundo dia mais pessoas prestigiaram a cross-country, onde os participantes deveriam atingir a maior distância possível do ponto de decolagem.

Para a população de Santo Amaro o campeonato parecia um festival. No local de pouso, o locutor de uma rádio de Florianópolis comandava a festa e embora não fizesse muitas explicações técnicas do esporte, conseguia arrancar aplausos da platéia. Cerca de três mil pessoas circulavam pelas barraquinhas de entidades filantrópicas, ouvindo o som de músicas sertanejas e das bandas de rock que se apresentaram durante o evento.

No sábado a noite, um show do Hanói-Hanói e de outras bandas, na boate New Time, serviu para aproximar o público dos atletas, que não paravam de contar histórias. "Voar é um lance de cabeça. En-

volve mais o psicológico que a técnica", falava César Chagas, primeiro no ranking catarinense e recordista sul-americano de permanência no ar com asa delta.

Um atleta para decolar, precisa ter certeza das boas condições do vento e do equipamento. Qualquer descuido é fatal. Uma pesquisa feita em todo mundo mostra o vôo livre como o esporte que mais mata proporcionalmente: a cada 93 acidentes, um é fatal. Mas os voadores discordam. "Vôo livre é um esporte super-seguro. Todos os acidentes que já aconteceram foi por pura imprudência do piloto, inclusive o meu", alerta Rafael Melo, voador gaúcho que há quatro anos viu no ar os cabos de sua velha asa delta arrebentarem. Rafael não usava pára-quedas e caiu 150 metros em queda livre. Parece história de aviador, mas uma árvore amenizou a queda e Rafael quebrou apenas duas costelas. "Agora não ultrapasso meus limites", diz ele.

O vôo livre também é um esporte caro. Quem corre campeonatos estaduais, fica somente um ano com o equipamento. Depois tudo se torna velho, e arriscado. A troca do material completo — asa, pára-quedas, bússola, variômetro — custa pelo menos 6.500 dólares. Quase todos utilizam equipamento importado por ser de melhor qualidade.

O campeonato foi organizado pelo Lagoa Clu-

be de Vôo Livre de Florianópolis junto com a prefeitura de Santo Amaro. Ele aconteceu graças ao esforço de Jonas Broering, o precursor do vôo livre na cidade. Ele conseguiu realizar um antigo sonho: montar uma pista de decolagem. Para isso, Jonas entrou com a mão-de-obra e a prefeitura com o financiamento. Também construíram a estrada que dá acesso ao morro.

Mas não só o morro, chamado de Santuário das Águias Delta, torna favorável a competição em Santo Amaro. Segundo os atletas a cidade possui uma boa estrutura e os organizadores têm planos de sediar o campeonato brasileiro. Desta vez o primeiro lugar para asa delta ficou com Nilmar Damaceno, de Joinville. No parapente, Ricardo "Brother" Araújo levou o título para Porto Alegre.

Gabriela Veras
Laura Tuyama

Decole no ABC do vôo livre

Como no surf ou no automobilismo, o vôo livre também criou gírias e termos próprios. Para a galera na rampa e voar no palavreado, ZERO publica uma edição compiada do dicionário básico do "vôo livre":

- ✓ **Abrir a janela** - liberar para a decolagem. A janela só é aberta quando as condições são favoráveis para o vôo seguro.
- ✓ **Amarelo** - piloto que fica com medo de decolar
- ✓ **Arborizar** - cair em cima de árvores.
- ✓ **Biruta** - dar o primeiro salto para os outros verem como estão as condições de vento. O biruta é uma

espécie de cobaia.

- ✓ **Bombaceira** - muitas térmicas de ar quente, o que possibilita vôos radicais.
- ✓ **Caudal** - vento que entra de trás. Impróprio para decolagem.
- ✓ **Crashar** - pousar mal.
- ✓ **Farofa** - condição de vôo macio. Gostoso de voar.
- ✓ **Mereca** - dia que não tem condições favoráveis.
- ✓ **Pilão** - Determinado ponto da terra para o trajeto do piloto.
- ✓ **Rotor** - é quando o vento bate no morro, criando uma turbulência. Perigo.
- ✓ **Vôo Prego** - decolar e ir direto para o pouso, não curtir nada.



Pais do rock roubam a cena no Free Jazz

Filho bastardo é culpado por ingressos esgotarem

Os pais do rock? No país do samba? Num festival de jazz? Quase quarenta anos depois de estourarem nas paradas pop com uma música selvagem e libidinosa, os senhores que reivindicam a paternidade da criança, vieram ao Brasil. Os três sessentões — Little Richard, Chuck Berry e Bo Diddley — foram as maiores atrações do Free Jazz Festival deste ano.

Seguindo a tendência atual de misturar vários estilos musicais nos festivais de jazz, o Free desse ano abriu espaço para rockeiros e bluesmen. Tanto no Rio como em São Paulo, os ingressos para as noites em que se apresentaram Chuck Berry e Little Richard foram os primeiros a se esgotar. Pela primeira vez a platéia brasileira pôde assistir aos legítimos pais do rock'n'roll tocando seus clássicos. A receptividade do público fez Chuck e Richard darem um show extra em São Paulo, no estádio do Pacaembu. Já Bo Diddley não era desconhecido pelo público brasileiro. Ele esteve aqui em maio de 1990, se apresentando no Blues Festival.

Elvis Presley ganhou a fama de ser o rei do rock e vendeu mais discos do que Chuck Berry, Little Richard e Bo Diddley. A razão disso pode estar numa frase de Little Richard. "Sempre tive consciência do racismo que impedia de ocupar meu lugar de direito. Eu disse a Elvis que não me importava. No fundo eu sabia que era o inovador, o arquiteto".

Chuck Berry, Little Richard e Bo Diddley têm estilos diferentes, mas muito em comum. No longínquo 1955, eles iniciaram uma revolução musical quando fizeram suas primeiras gravações que atingiram as paradas, ficando entre as Dez Mais. A seguir, um pouco de suas histórias.



Com essa cara, Berry só podia ser condenado



Richard ficou espantado com o tremor do avião

Tutti Frutti virou crente

Filho de um contrabandista de uísque, Richard Penniman, o Little Richard, nasceu no dia de Natal de 1935, em Macon, na Geórgia. Na infância começou a tocar piano e cantar gospel na Igreja Adventista do Sétimo Dia. Em 51, depois de participar de um teste numa rádio de Atlanta, Little Richard conseguiu um contrato com a gravadora RCA. O primeiro registro em vinil, o *Single* "Every Hour", passou despercebido. Somente em 55, quando gravou para o Specialty Records, é que Richard conheceu o sucesso. O compacto "Tutti Frutti" rapidamente vendeu mais de um milhão de cópias. Foram dois anos de glória nas paradas, com clássicos

do rock, como "Lucille", "Long Tall Sally" e "Good Golly Miss Molly". E então, em 57, veio a crise.

Diz a lenda que, a caminho da Austrália a bordo de um avião ameaçado por um incêndio, Richard pediu ao Todo-Poderoso que sustentasse o avião no ar. Para pagar a promessa, ele atirou todas as suas jóias no mar da Baía de Sidney, e renunciou aos seus "pecados". Depois da turnê pela Austrália, Little Richard interrompeu a carreira e tornou-se pastor da Igreja Adventista do Sétimo Dia, gravando apenas música gospel. No ano de 64 tentou uma volta ao rock, porém não conseguiu repetir o sucesso.

Ex-tarado é xará do rock

Charles Edward Anderson Berry, nasceu em Saint Louis, no dia 18 de outubro de 1926. Começou a tocar guitarra na adolescência, mas parou com a música durante os três anos — entre 44 e 47 — que passou no reformatório, por tentativa de roubo. Quando saiu Berry fez um curso de cabeleireiro, porém teve que trabalhar na linha de montagem da General Motors para sustentar mulher e filhos. Em 1952, Chuck abriu um salão de beleza e montou um trio de blues, com o pianista e amigo Johnnie Johnson.

Chuck e Johnson foram para Chicago em 55 e se apresentaram na gravadora Chess Records, munidos de um bilhete de apresentação escrito por Muddy Waters. Levavam uma fita demo com duas músicas: um blues tradicional ("Wee Wee Hours") e uma "novidade", como Berry mesmo definiu. Era uma fusão de *rhythm & blues* e *country*, chamada "Ida Red". Leonard Chess, dono da gravadora, desprezou o blues, mas adorou a "novidade". Pediu a Berry que arredondasse a música e escrevesse uma nova letra, com um nome

de mulher mais atraente.

Rebatizada de "Maybelle", a canção subiu às paradas e Berry ganhou o *status* de ser um dos pais do rock. Até 1959, Chuck emplacou diversos *hits* nas paradas e apareceu em vários filmes. No final desse ano, foi acusado de corrupção de menores por uma funcionária de sua casa noturna em St. Louis. Num julgamento marcadamente racista, Berry foi condenado em 61 e permaneceu na prisão até 64. Quando foi libertado, o rock era outro. As grandes estrelas eram garotos ingleses de cabelos longos e lisos: os Beatles e os Rolling Stones, que nunca deixaram de reverenciar o mestre.

Em 86, no seu sexagésimo aniversário, Chuck Berry comemorou com um show-tributo em sua cidade natal. Keith Richards, dos Stones, comandou a festa, que contou com a participação de Eric Clapton, Ribert Cray, Etta James e Julian Lennon. Desse show saiu o último LP gravado por Chuck Berry, *Hail! Hail! Rock'Roll!*. John Lennon uma vez disse: "Se você tentasse dar outro nome ao rock'n'roll, poderia chamá-lo de Chuck Berry."

Característica do blueseiro é a levada que tira de sua "guitarrexótica"

Diddley era guri quando achou o blue

Bo Diddley é uma personagem criada por Ellas McDaniel, nascido no Mississippi em 28 de dezembro de 1928. Aos cinco anos, Bo mudou-se para Chicago junto com uma tia. Lá ele estudou violino clássico por mais de uma década. Aos 12 anos ouviu o primeiro disco de blues, era um LP de John Lee Hooker, que o enfeitiçou.

Aos treze, Bo ganhou da irmã Lucille a primeira guitarra. Mas além da música o garoto tinha gosto pelo boxe. Ganhou nas brigas o apelido de Bo Diddley. Em 55 gravou o primeiro compacto, com uma canção que tinha seu nome "Bo Diddley". "Tinha 26 anos quando a gravei e ainda considero uma das minhas melhores músicas. É o meu nome, a minha canção", disse ele na primeira vez que esteve no Brasil.

Dos pais do rock'n'roll, Bo Diddley foi o que teve a carreira mais estável. De 1955 a 67, teve vários *hits* nas paradas americanas e inglesa. Nos anos 70 e 80, gravou esporadicamente e o último LP que lançou é de 1989.

Textos Ulisses Dutra

Furo do jornalista é no bolso

Piso salarial cai cada vez mais, obrigando os profissionais a buscar meios alternativos para sobreviver

Por pouco Florianópolis não amanhece no dia 14 de outubro sem transporte coletivo. Depois de uma assembleia tumultuada, com a necessidade de duas votações, os motoristas e cobradores da Capital decidiram não entrar em greve e aceitar a proposta patronal. Os trabalhadores exigiam reajustes mensais de 100% da inflação. Levaram 100% em outubro, 90% em novembro e dezembro, com zeramento das perdas do quadrimestre em janeiro. A ameaça de greve foi notícia em todos os grandes jornais e TV's do Estado. Mas nenhum dos veículos de comunicação publicou que os motoristas de ônibus, a beira de uma paralisação, ganham mais do que a maioria dos jornalistas que cobriu a assembleia deles.

Em setembro, o piso dos motoristas foi superior a CR\$ 32 mil. Já o dos jornalistas estava um pouco acima dos CR\$ 28 mil, uma diferença de quase 20%. Sem contar o fato dos vencimentos dos jornalistas serem reajustados exatamente pela política salarial em vigor. Nem um por cento a mais. Confrontados com estes dados, os profissionais de comunicação são unânimes em diagnosticar: "não são eles que ganham bem, nós é que recebemos muito pouco". Do reconhecimento à ação, há uma certa distância. A última greve dos jornalistas que se tem notícia, embora não tenha saído nos jornais, ocorreu há mais de dois anos. De lá pra cá, "os salários vem caindo junto com a mobilização da categoria", garante o presidente do Sindicato, dos Jornalistas Profissionais de SC (SJPC), Sérgio Murilo.

Recem-empossado na entidade, Sérgio Murilo não vê perspectivas imediatas de modificação do panorama salarial dos jornalistas. "Este ano não fechamos acordo coletivo e fomos para o dissídio, mas a justiça trabalhista deve dar pouco, talvez só uns 8% de produtividade, que não solucionam a vida de ninguém", informa. Sérgio responsabiliza em parte a conjuntura nacional pela queda livre do piso profissional, que já beirou cinco salários mínimos e agora mal chega aos três. O resto da culpa ele divide entre o sindicato e a categoria. Mas ressalva: "o sindicato, mesmo que se esforce, não vai mudar a realidade se as pessoas se submetem a trabalhar assim".

Fragilidade Sindical

Quem se submete a trabalhar por quanto? Na verdade, o sindicato não sabe. Não existe um estudo com o perfil da categoria. São cerca de 800 sindicalizados e Sérgio Murilo acredita que existam mais 700 trabalhando sem ficha no SJPC. Deste total "chutado", menos de 300 estão nas redações dos jornais e TV's. A média salarial é desconhecida. Mas o sindicato sabe que muita gente trabalha pelo piso, ou até menos.

Nos quatro grandes jornais de SC, os salários iniciais não são muito diferentes dos CR\$ 28 mil. O Estado paga exatamente o piso para todos os repórteres. A Notícia dá o mínimo para quem começa e utiliza uma tabela de progressão na qual os vencimentos de um repórter podem chegar, no máximo, a 21% acima do piso. O Jornal de Santa Catarina e o Diário Catarinense, ambos da Rede Brasil Sul (RBS), são os que pagam



menos mal. Um iniciante no DC levou CR\$ 40 mil em setembro. "A situação está triste nas redações", avalia Sérgio Murilo.

Tão triste que alguns são forçados a procurar soluções alternativas. Uns acumulam vários empregos, como a pauteira da TV Barriga Verde, Regina Zandomênic. Pautar na TV de manhã, redigir dicas na rádio Itapema à tarde e assessorar o Sindicatos dos Médicos quando há necessidade. Por esta rotina, Regina recebeu CR\$ 64 mil mês passado. Brutos. "Se eu recebesse bem num só emprego, não teria tantos. É muito desgastante. Estou levando trabalho pra casa", reclama.

Outro caminho para quem não admite começar o mês com CR\$ 28 mil é apostar em si e montar uma empresa de prestação de serviços. "Este é um mercado em expansão", aconselha Sérgio Murilo, citando exemplos de experiências que deram certo como a SOMA, especializada em fotografia, e a Matriz, de Joinville. Existe, ainda, a possibilidade de trocar de área, pelo menos temporariamente. O repórter free-lancer de A Notícia, André Gassen, é um exemplo. Ele teve a chance de ser contratado em defini-

tivo, mas recusou. "No verão eu vou trabalhar no bar de um amigo, na Praia de Itapema, recebendo 10% do bruto. Ano passado deu pra tirar US\$ 1 mil em dois meses, dinheiro que eu demoro meio ano pra ganhar no jornal", conta ele.

Miserê televisivo

Se nos jornais está ruim, nas televisões e coisa fica até pior. Apenas a RBS reconhece que seus profissionais são jornalistas e os remunera como tal. RCE, SCC e Barriga Verde ficham seu pessoal como radialistas, que têm um piso mais baixo ainda. Formada em 92, a jornalista Cristiane Balbys trabalhou um ano como repórter do SCC, recebendo sempre menos do que o mínimo da categoria. Em setembro, o salário dela foi de CR\$ 24 mil, dos quais CR\$ 4 mil foram pagos em vale alimentação. "Quem já trabalhou ou trabalha lá, sabe como esses vales são irritantes", alfineta ela.

O presidente do SJPC antecipa que está acertando com a Delegacia Regional do Trabalho uma fiscalização sobre as televisões. Mas ele reitera que isto não muda nada se os "recém-formados aceitam trabalhar recebendo como radialista". Por sua vez, Cristiane explica porquê se submeteu durante um ano a um salário inferior ao piso: "Antes eu procurava emprego e não me aceitavam alegando que eu não tinha experiência, assim tratei de arrumar experiência no SCC". Como ela, muitos outros.

Embora questione a atitude dos recém-formados ao entrarem no mercado ganhando menos do que o mínimo, Sérgio Murilo prefere não abordar o problema ético daqueles que trabalham em veículos de comunicação e, ao mesmo tempo, prestam assessoria a entidades, empresas ou pessoas que atuam na área de cobertura do veículo em que está empregado. Exemplo: repórter de política e assessor de deputado. "Eu acho errado, mas falar em ética nas redações com os salários atuais é quase proibitivo. Seria a mesma coisa que falar em demissão, de um lado ou de outro", lamenta Sérgio.

Membro da comissão de ética da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) e chefe do departamento de Comunicação da UFSC, o professor Francisco Karam é menos condescendente com este tipo de situação. "O código de ética condena explicitamente esta prática. Se o caso é emprego, pode se procurar uma vaga em um supermercado. E a pessoa corre o risco de ganhar mais", dispara. Mas mesmo ele reconhece que é difícil debater valores morais e éticos quando as pessoas estão abaixo da linha da sobrevivência. Ou excessivamente perto dela. "O salário está intimamente ligado à ética", afirma Karam.

Francisco Karam levanta ainda dois outros aspectos vinculados aos baixos salários dos jornalistas: a queda na qualidade da produção e a vulnerabilidade de quem tem espaço nos jornais e pouco dinheiro no bolso. "Assim como fiscais de tributos, juizes e outros profissionais, os jornalistas deveriam ganhar bem para não serem seduzidos pelas diversas formas de cooptação que existem". E conclui: "os baixos salários prejudicam não só o jornalistas, mas também a sociedade".

Os salários do país

Valores de setembro, em CR\$ mil

Jornal	Salário inicial	Repórter	Editor	Piso do Sindicato
F. de São Paulo (SP)	107	430	665	63
O E. de S. Paulo (SP)	80	236	555	63
C. Popular (Campinas)	66	86	126	44
Jornal do Brasil (RJ)	51	82	253	33
O Globo (RJ)	64	-	387	33
Estado de Minas (MG)	46	61	171	46
Jornal de Brasília (DF)	61	99	156	56
C. Braziliense (DF)	41	65	163	56
Zero Hora (RS)	34	43	150	50
Correio do Povo (RS)	31	40	63	50
Jorn. do Comércio (RS)	31	31	50	50

Fonte: Revista Imprensa nº72